



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2017

1 – Certificação Legal das Contas

2 – Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

3 – Relatório de Auditoria Reportado a 31 de dezembro de 2017



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

|

Contribuinte n.º 503 342 742

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2017

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do “**Município de Borba**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 39.051.645 euros e um total de fundos próprios de 15.910.989 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.419 euros), a demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental, que evidenciam um total de 10.865.745 euros de despesa paga e um total de 11.062.145 de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “**Município de Borba**” em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do executivo municipal pelas demonstrações financeiras

O executivo municipal é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo executivo Município;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo executivo municipal, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Município, não identificámos incorreções materiais.

Borba, em 16 de abril de 2018

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC e sob o n.º 20161428 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

|

Contribuinte n.º 503 342 742

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR

OFICIAL DE CONTAS



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

MUNICÍPIO DE BORBA

Exercício de 2017

Nos termos do mandato que nos foi conferido para o desempenho de funções no Município de Borba, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, e os respetivos Anexos referentes ao exercício de 2017, que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Borba.

1. No âmbito das nossas funções:
 - Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo Municipal de Borba;
 - Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático, e verificamos a regularidade nos respetivos livros, registos contabilísticos e documentos;
 - Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e dos passivos pertencentes ao, ou assumidos pelo, Município de Borba, particularmente no que respeita à adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e que estão expressos no Anexo às contas;
 - Desenvolvemos os procedimentos de revisão e auditoria às contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo Municipal e, cujo conteúdo consideramos como fazendo parte integrante do presente relatório;
 - Verificámos a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.
2. No âmbito do trabalho desenvolvido e da apreciação dos documentos de prestação de contas, constatámos que, tal como consta no Mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o Município de Borba apresenta compromissos assumidos não pagos no período em análise de 9.120.266.14 euros.
3. Emitimos ainda a Certificação Legal das Contas, com data de 16 de abril de 2018, emitida sem quaisquer reservas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017 e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação dos resultados líquidos apurados, negativos em 14.418,57 euros, no sentido de os mesmos ficarem em Resultados Transitados, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, atento ao conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida, pelo que, depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia Municipal de Borba.

Borba, em 16 de abril de 2018

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC e sob o n.º 20161428 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

|

Contribuinte n.º 503 342 742

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2017

**RELATÓRIO DE AUDITORIA REPORTADO A
31 DE DEZEMBRO DE 2017**



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DE AUDITORIA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

“Município de Borba”

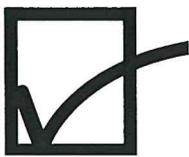
(Unidade monetária: Euro)

Índice

1. FINALIDADE E ÂMBITO.....	3
2. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS	4
2.1. VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE	4
2.2. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	5
2.3. CONFORMIDADE FORMAL.....	5
2.4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS TERMOS DO POCAL	5
2.4.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PATRIMONIAIS	5
2.4.1.1. BALANÇO.....	5
2.4.1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	8
2.4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ORÇAMENTAIS.....	9
2.4.2.1. RECEITA	9
2.4.2.2. DESPESA.....	11
2.4.2.3. COMPROMISSOS.....	12
2.4.2.4. EQUILIBRIO ORÇAMENTAL.....	13
2.4.2.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	14
2.4.2.6. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL.....	15
2.5. COMENTÁRIOS ÀS RUBRICAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PATRIMONIAL	15
2.5.1. IMOBILIZAÇÕES.....	15
2.5.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	17
2.5.3. EXISTÊNCIAS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	18
2.5.4. CLIENTES CONTRIBUINTE E UTENTES, VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E IMPOSTOS E TAXAS	18
2.5.5. DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO.....	21
2.5.6. FORNECEDORES E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	22
2.5.7. DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	24
2.5.8. OUTROS DEVEDORES	25
2.5.9. OUTROS CREDORES.....	25
2.5.10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	25
2.5.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	26
2.5.12. CUSTOS COM O PESSOAL.....	27
2.5.13. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	28
2.5.14. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS.....	28
2.5.15. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS.....	29
2.5.16. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	30
2.5.17. CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	30
2.5.18. PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	31
2.5.19. FUNDOS PRÓPRIOS.....	32

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

3. INDICADORES, DIVIDA TOTAL, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	33
3.1. INDICADORES DE GESTÃO	33
3.2. DIVIDA TOTAL	33
3.3. ENDIVIDAMENTO	35
3.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	36
4. RECOMENDAÇÕES	36
5. CONCLUSÕES	36
6. AGRADECIMENTOS.....	37

Capital Social 5.000,00 Euros

|

Contribuinte n.º 503 342 742



1. FINALIDADE E ÂMBITO

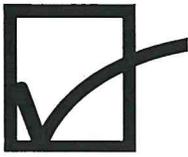
1.1. Este relatório é apresentado, ao abrigo das competências legais que, com um alcance específico, ou de âmbito genérico, se aplicam ao exercício das funções de Revisor Oficial de Contas do Município de Borba.

1.2. Nos termos das nossas competências, acompanhámos a atividade financeira do Município, tendo procedido à revisão legal das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC).

1.3. Este relatório dá conta da atividade levada a cabo, bem assim como dos procedimentos de revisão / auditoria às contas por nós aplicados no âmbito da auditoria efetuada, da qual resultou a emissão da Certificação Legal das Contas, efetuando ainda comentários sobre as demonstrações financeiras do município, independentemente da modalidade de certificação emitida.

1.4. A nossa atividade incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- a) Contactos com o Órgão Executivo e Serviços do Município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- d) A análise geral do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo;
- e) Aplicação de procedimentos de auditoria que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, designadamente:
 - Análise e testes à contabilização das adições e alienações de Imobilizado, bem como conferências às amortizações, ocorridas no decurso do exercício em análise;



- Análise e teste à contabilização das participações financeiras;
- Confirmação direta junto de terceiros (bancos, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município;
- Análise das situações justificativas da constituição de provisões;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos incidentes sobre a atividade do Município, bem como as situações relativas à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE;
- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos, receitas e despesas, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Análise e teste aos procedimentos legais, contratuais, financeiros e contabilísticos, inerentes ao processamento e arrecadação da receita, bem como ao processamento e pagamento da despesa, em sede de execução orçamental.

2. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS

2.1. VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE

Acompanhamos atividade do Município e tivemos conhecimento das principais decisões com implicações na respetiva estrutura financeira e patrimonial, tendo tido acesso às atas do Executivo Municipal. Nesse âmbito, não anotámos situações suscetíveis de constituírem violação da legislação financeira e contabilística aplicável ao Município de Borba.



2.2. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O POCAL, aprovado através do decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, teve como objetivos, entre outros, a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos. Deste modo, introduziu a necessidade de um SCI, que deverá englobar o plano da organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como os demais métodos e procedimentos suscetíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente.

O Município de Borba dispõe, sob a forma de Regulamento, de uma Norma sobre o Sistema de Controlo Interno, aprovado ao abrigo do ponto 2.9. do POCAL.

2.3. CONFORMIDADE FORMAL

As demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Borba incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às Demonstrações Financeiras, conjuntamente com o Relatório de Gestão, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Verificámos a conformidade global dessas demonstrações financeiras com os princípios e regras exigidos pelo POCAL, bem assim como a sua aderência aos registos contabilísticos de suporte.

Apreciámos a adequação e consistência dos critérios e métodos adotados pelo Município, na preparação das Demonstrações Financeiras, que não nos merecem observações de fundo.

Genericamente, não foram detetadas situações que permitam relatar erros ou distorções materialmente relevantes na construção das demonstrações financeiras apresentadas.

2.4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS TERMOS DO POCAL

2.4.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PATRIMONIAIS

2.4.1.1. BALANÇO

O quadro abaixo permite visualizar a decomposição do balanço do Município de Borba em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 (ativo em quantias líquidas):



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Código contas	Ativo	31/12/2017		31/12/2016		Variação	
		Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
POCAL							
Imobilizado:							
Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238	8,17	3 191 238	7,93	0	0,00
452	Edifícios	10 793 990	27,64	10 778 814	26,79	15 176	0,14
453	Outras construções e infra-estruturas	37 983 328	97,26	37 499 721	93,19	483 607	1,29
455	Bens do patrim.hist.art. e cultural	213 041	0,55	213 041	0,53	0	0,00
445	Imobilizações em curso	18 414	0,05	87 453	0,22	-69 038	-78,94
485	Amortizações acumuladas	27 459 888	70,32	26 138 080	64,95	1 321 808	5,06
		24 740 124	63,35	25 632 186	63,70	-892 062	-3,48
Imobilizações incorpóreas:							
431	Despesas de instalação	329 509	0,84	329 509	0,82	0	0,00
432	Despesas de invest. de desenvolvimento	1 989 654	5,09	1 989 654	4,94	0	0,00
443	Imobilizações em curso	109 999	0,28	109 999	0,27	0	0,00
483	Amortizações acumuladas	2 317 191	5,93	2 315 146	5,75	2 045	0,09
		111 971	0,29	114 016	0,28	-2 045	-1,79
Imobilizações corpóreas:							
421	Terrenos e recursos naturais	869 026	2,23	869 026	2,16	0	0,00
422	Edifícios e outras construções	12 032 480	30,81	12 006 557	29,84	25 923	0,22
423	Equipamento básico	2 148 807	5,50	2 078 426	5,16	70 381	3,39
424	Equipamento de transporte	1 349 962	3,46	1 020 650	2,54	329 312	32,26
425	Ferramentas e utensílios	290 393	0,74	286 268	0,71	4 125	1,44
426	Equipamento administrativo	670 070	1,72	669 968	1,66	103	0,02
429	Outras imobilizações corpóreas	456 730	1,17	453 341	1,13	3 389	0,75
482	Amortizações acumuladas	4 821 861	12,35	4 385 652	10,90	436 209	9,95
		12 995 607	33,28	12 998 583	32,30	-2 976	-0,02
Investimentos financeiros:							
411	Partes de capital	40 746	0,10	40 746	0,10	0	0,00
412	Obrigações e Títulos de Participação	308 763	0,79	308 763	0,77	0	0,00
491	Provisões para investimentos financeiros	40 746	0,10	40 746	0,10	0	0,00
		308 763	0,79	308 763	0,77	0	0,00
Circulante:							
Existências:							
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	121 831	0,31	117 994	0,29	3 837	3,25
		121 831	0,31	117 994	0,29	3 837	3,25
Dividas de terceiros - Curto prazo:							
212	Contribuinte c/c	24 650	0,06	24 532	0,06	118	0,48
213	Utentes c/c	158 588	0,41	150 489	0,37	8 099	5,38
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	93 621	0,24	89 561	0,22	4 060	4,53
24	Estado e outros entes públicos	66 678	0,17	27 617	0,07	39 061	141,44
262+263+ 267+268	Outros devedores	188 810	0,48	214 376	0,53	-25 566	-11,93
29	Provisões para cobranças duvidosas	93 621	0,24	68 643	0,17	24 978	36,39
		438 726	1,12	437 932	1,09	795	0,18
Depósitos em instt.financieiras e caixa							
12	Depósitos em instt.financieiras	211 487	0,54	491 048	1,22	-279 561	-56,93
11	Caixa	6 739	0,02	5 419	0,01	1 320	24,36
		218 225	0,56	496 467	1,23	-278 241	-56,04
Acréscimos e diferimentos							
271	Acréscimos de proveitos	80 122	0,21	111 449	0,28	-31 327	-28,11
272	Custos diferidos	36 275	0,09	24 232	0,06	12 043	49,70
		116 398	0,30	135 682	0,34	-19 284	-14,21
	Total do ativo	39 051 645	100,00	40 241 622	100,00	-1 189 977	-2,96



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

Código contas	Fundos próprios	31/12/2017		31/12/2016		Variação	
		Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
POCAL							
Fundos próprios:							
51	Património	20 797 571	53,26	20 797 571	51,68	0	0,00
577	Reservas decorrentes de transf.de activos	11 781	0,03	11 781	0,03	0	0,00
59	Resultados transitados	-4 883 945	-12,51	-5 109 630	-12,70	225 685	-4,42
88	Resultado líquido do exercício	-14 419	-0,04	225 685	0,56	-240 104	-106,39
Total Fundos Próprios		15 910 989	40,74	15 925 408	39,57	-14 419	-0,09
Passivo							
Passivo:							
292	Provisões para riscos e encargos	925	0,00	891	0,00	35	3,88
		925	0,00	891	0,00	35	3,88
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:							
2312	Dividas a instituições de crédito	6 621 458	16,96	7 231 994	17,97	-610 537	-8,44
26.8.8	Credores Diversos - Médio e Longo Prazo	227 685	0,58	176 436	0,44	51 249	29,05
		6 849 142	17,54	7 408 430	18,41	-559 288	-7,55
Dividas a terceiros - Curto prazo:							
221	Fornecedores, c/c	106 210	0,27	74 442	0,18	31 768	42,67
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	126 662	0,32	94 259	0,23	32 402	34,38
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	76 874	0,20	16 638	0,04	60 236	362,04
24	Estado e outros entes públicos	22	0,00	37 067	0,09	-37 045	-99,94
264	Administração autárquica						
216+262+263+267+268	Outros credores	63 304	0,16	153 131	0,38	-89 827	-58,66
217	Garantias e Cauções	10 613	0,03	61 462	0,15	-50 849	-82,73
		383 685	0,98	436 999	1,09	-53 314	-12,20
Acréscimos e diferimentos							
273	Acréscimos de custos	486 301	1,25	470 754	1,17	15 547	3,30
274	Proveitos diferidos	15 420 602	39,49	15 999 140	39,76	-578 538	-3,62
		15 906 903	40,73	16 469 894	40,93	-562 991	-3,42
Total do passivo		23 140 656	59,26	24 316 214	60,43	-1 175 558	-4,83
Total dos fundos próprios e do passivo		39 051 645	100,00	40 241 622	100,00	-1 189 977	-2,96

De acordo com a demonstração da posição financeira acima, verificamos uma redução do ativo líquido em 2017 de 2,96%, quando comparado com o período homólogo. Para esta diminuição do ativo, contribuiu o reconhecimento das amortizações do exercício na quantia de 1.758.017, quantia superior à relativa à realização de diversos investimentos nas infraestruturas municipais, no montante de 862.979. A rubricas do Imobilizado Incorpóreo, Imobilizado Corpóreo e Bens de Domínio Público representam cerca de 97% (2016: 96%) do ativo.

Também ao nível da estrutura financeira, os Fundos Próprios passaram a representar 40,74% do total do Ativo, contra 39,57% a 31 de dezembro de 2017. Apesar dos resultados negativos de 14.419 ocorridos em 2017, alteração da relação entre fundos próprios e o ativo foi beneficiada pela redução ocorrida no passivo, fruto essencialmente da diminuição das responsabilidades com dividas a terceiros a médio e longo prazo e dos acréscimos e diferimentos.

Relativamente ao aumento de atividade, os seus efeitos serão comentados a propósito da Demonstração dos Resultados.

Contribuinte n.º 503 342 742

**2.4.1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

O desempenho económico do Município de Borba durante o biénio de 2017-2016 encontra-se evidenciado nas Demonstrações dos Resultados:

Código contas	Custos e perdas	2017		2016	
		Quantia	%	Quantia	%
POCAL					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	886 824	11,73	882 110	11,33
62	Fornecimentos e serviços externos	1 500 841	19,85	1 408 094	18,09
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	245 039	3,24	258 487	3,32
64	Custos com o pessoal	2 829 833	37,43	2 707 080	34,77
66	Amortizações do exercício	1 779 777	23,54	2 108 756	27,09
67	Provisões do exercício	32 741	0,43	11 482	0,15
65	Outros custos perdas operacionais	33 102	0,44	32 178	0,41
	(A) Custos e perdas operacionais	7 308 157	96,67	7 408 187	95,16
68	Custos e perdas financeiros	128 894	1,70	142 108	1,83
	(C) Custos e perdas financeiras	128 894	1,70	142 108	1,83
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	7 437 051	98,37	7 550 295	96,98
69	Custos e perdas extraordinários	137 391	1,82	9 250	0,12
	(E) Custos e perdas extraordinários	137 391	1,82	9 250	0,12
88	Resultado líquido do exercício	-14 419	-0,19	225 685	2,90
	TOTAL GERAL	7 560 023	100,00	7 785 230	100,00

Código contas	Proveitos e ganhos	2017		2016	
		Quantia	%	Quantia	%
POCAL					
71	Vendas e prestações de serviços	1 244 260	16,46	1 262 318	16,21
72	Impostos e taxas	1 057 808	13,99	1 164 815	14,96
75	Trabalhos para a própria entidade	176 368	2,33	211 640	2,72
74	Transf. e subsídios obtidos	4 356 508	57,63	4 276 675	54,93
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	6 834 944	90,41	6 915 448	88,83
78	Proveitos e ganhos financeiros	0	0,00	0	0,00
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	0	0,00	0	0,00
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	6 834 944	90,41	6 915 448	88,83
79	Proveitos e ganhos extraordinários	725 079	9,59	869 783	11,17
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	725 079	9,59	869 783	11,17
	TOTAL GERAL	7 560 023	100,00	7 785 230	100,00

RESUMO:	2017	%	2016	%
Resultados operacionais (B) - (A)	-473 213	3 281,97	-492 739	-218,33
Resultados financeiros (D) - (C)	-128 894	893,94	-142 108	-62,97
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-602 107	4 175,91	-634 847	-281,30
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-14 419	100,00	225 685	100,00

O Município de Borba em 2017 obteve um resultado líquido negativo de 14.419. Para este comportamento contribuiu a redução dos proveitos e ganhos extraordinários em 144.704, e o incremento dos custos e perdas extraordinários em 137.391 apesar de termos assistidos à melhoria



dos resultados correntes quando comparados com o ano de 2016, em cerca de 32.740. Esta melhoria deveu-se à redução dos custos operacionais e dos custos e perdas financeiros.

Na estrutura de custos do Município, constata-se que em 2017 os custos com o pessoal e as amortizações do exercício representam cerca de 60,97% (2016: 61,86%) do total de custos.

2.4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ORÇAMENTAIS

2.4.2.1. RECEITA

2.4.2.1.1. Globalmente, apresenta-se no quadro seguinte a execução orçamental da receita em 2017:

RECEITA	PREVISIONAL	PREVISIONAL	2016	PREVISIONAL	PREVISIONAL	2017
	INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
	2016	2016		2017	2017	
Corrente	6 670 835	6 710 520	6 592 062	6 748 138	6 748 138	6 414 234
Capital	1 185 615	1 145 930	1 215 299	742 190	4 651 082	4 265 247
Outras	0	92 014	92 014	0	382 664	382 664
TOTAL	7 856 450	7 948 464	7 899 374	7 490 328	11 781 884	11 062 145
GRAU DE EXECUÇÃO			99,38%			93,89%
Corrente			98,23%			95,05%
Capital			106,05%			91,70%
Outras			100,00%			100,00%

2.4.2.1.2. Desde logo, constata-se um grau de execução global de 93,89% (2016: 99,38%), o qual foi mais acentuado na receita corrente, cuja concretização foi de 95,05% (2016: 98,23%), do que na receita de capital, cuja execução foi de 91,70% (2016: 106,05%).

2.4.2.1.3. O total da receita cobrada líquida atingiu no exercício a expressão de 11.062.145, cuja discriminação se pode observar no quadro seguinte:



RECEITA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	
			EM VALOR	EM %
RECEITA CORRENTE	6 748 138	6 748 138	6 414 234	95,05%
Impostos diretos	1 012 600	1 012 600	914 274	90,29%
Impostos indiretos	28 950	28 950	12 725	43,96%
Taxas, multas e outras penalidades	104 050	104 050	119 284	114,64%
Rendimentos de propriedades	303 350	303 350	361 835	119,28%
Transferências correntes	4 257 638	4 257 638	3 975 888	93,38%
Venda de bens e prestação de serviços	978 050	978 050	945 669	96,69%
Outras receitas correntes	63 500	63 500	84 558	133,16%
RECEITA DE CAPITAL	742 190	4 651 082	4 265 247	91,70%
Venda de bens de investimento	15 000	15 000	6 726	44,84%
Transferências de capital	476 290	476 290	349 431	73,37%
Passivos financeiros	250 000	4 158 893	3 908 893	93,99%
Outras receitas de capital	900	900	197	21,93%
OUTRAS RECEITAS	0	382 664	382 664	100,00%
Saldo da gerência anterior	0	382 664	382 664	100,00%
TOTAL GERAL	7 490 328	11 781 884	11 062 145	93,89%

2.4.2.1.4. A execução das receitas correntes em 2017 ascendeu a 6.414.234, representando um nível de execução de 95,05%. Para este desempenho contribuíram as taxas de execução dos impostos diretos (90,29%) e das transferências correntes (93,38%).

2.4.2.1.5. Quanto à receita de capital, a sua execução foi aquém do orçamentado, basicamente por força execução dos passivos financeiros.

2.4.2.1.6. Dos testes executados aos registos de receita, não resultaram situações a referir.



2.4.2.2. DESPESA

2.4.2.2.1. Apresenta-se em seguida um quadro síntese da execução da despesa em 2017:

DESPESA	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL CORRIGIDO	2016	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL CORRIGIDO	2017
	2016	2016		2017	2017	
Corrente	5 817 875	5 962 379	5 796 861	5 788 000	5 608 180	5 281 680
Capital	1 638 625	1 868 387	1 719 849	1 702 328	6 051 552	5 584 066
TOTAL	7 456 500	7 830 765	7 516 710	7 490 328	11 659 732	10 865 745
GRAU DE EXECUÇÃO			95,99%			93,19%
Corrente			97,22%			94,18%
Capital			92,05%			92,27%

2.4.2.2.2. Como se constata, a despesa do Município teve em 2017 uma execução global de 93,19% (2016: 95,99%), o qual na despesa corrente atingiu uma concretização de 94,18% (2016: 97,22%) e na despesa de capital um grau de execução de 92,27% (2016: 92,05%).

2.4.2.2.3. No quadro seguinte decompõe-se o controlo orçamental da despesa de 2017:

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	
			EM VALOR	EM %
DESPESA CORRENTE	5 788 000	5 608 180	5 281 680	94,18%
Despesas com pessoal	2 909 200	3 010 280	2 998 715	99,62%
Aquisição de bens e serviços	2 255 874	2 164 541	1 940 205	89,64%
Juros e outros encargos	144 800	132 930	124 820	93,90%
Transferências correntes	474 445	290 498	215 627	74,23%
Outras despesas correntes	3 680	9 930	2 313	23,29%
DESPESA DE CAPITAL	1 702 328	6 051 552	5 584 066	92,27%
Aquisição de bens de capital	646 910	1 191 713	975 414	81,85%
Transferências de capital	27 900	45 581	45 112	98,97%
Ativos financeiros	44 109	44 109	44 109	100,00%
Passivos financeiros	983 000	4 769 840	4 519 430	94,75%
Outras despesas de capital	409	309	0	0,00%
TOTAL GERAL	7 490 328	11 659 732	10 865 745	93,19%

2.4.2.2.4. De realçar um nível de execução da despesa corrente que se situou 5,82% abaixo da dotação corrigida, o que indicia um claro esforço no cumprimento do equilíbrio orçamental.



2.4.2.2.5. As rubricas que mais contribuíram para este desempenho, foram as Despesas com o Pessoal e os Aquisição de Bens e Serviços, uma vez que em conjunto representam mais do que 93,51% da despesa corrente.

De salientar, o baixo grau de execução das despesas com Transferências Correntes (74,23%), uma vez que todas as restantes rubricas apresentaram execuções individuais superiores a 89% da previsão corrigida para o ano.

2.4.2.2.6. No que respeita às despesas de capital, o nível de execução cifrou-se em 92,27% da dotação corrigida. Para esta evolução contribuiu a execução orçamental de duas rubricas, Aquisição de Bens de Capital e os Passivos Financeiros ao serem responsáveis em conjunto, pelo pagamento de despesas de capital no montante de 5.494.844.

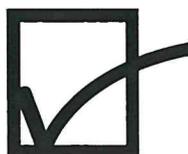
Importa ainda referir que a execução da despesa no ano 2017 superou em 3.375.418 o orçamento inicial, o que foi motivado pela amortização antecipada do empréstimo de médio e longo prazo ao abrigo do PAEL, contemplada na revisão orçamental.

2.4.2.2.7. Nos procedimentos por nós aplicados a amostras de processos e documentos de despesa, não foram apuradas situações a mencionar.

2.4.2.3. COMPROMISSOS

2.4.2.3.1. Nos quadros a seguir apresentados, evidenciamos as posições no final dos anos de 2017 e 2016, e a distribuição das quantias de compromissos plurianuais, permitindo monitorizar a sua evolução:

	2017			
	2018	2019	2020	Anos Seguintes
Pessoal em regime de tarefa ou avença	97 785,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens e serviços	540 233,43	272 924,18	14 718,11	0,00
Juros	117 005,83	107 391,68	99 362,40	634 658,37
Transferências para as freguesias	58 099,08	58 099,08	58 099,08	48 415,90
Aquisição de bens de capital	120 222,55	77 631,09	17 726,91	0,00
Ativos financeiros	44 109,00	44 109,00	44 109,00	44 108,94
Passivos financeiros	708 306,45	506 804,50	436 581,93	4 969 764,63
Total	1 685 761	1 066 960	670 597	5 696 948
TOTAL GERAL			9 120 266	



	2016			
	2017	2018	2019	Anos Seguintes
Aquisição de bens e serviços	122 876	11 654	2 768	0
Juros	139 478	129 107	118 469	786 301
Aquisição de bens de capital	96 700	80 063	82 936	0
Ativos financeiros	44 109	44 109	44 109	88 218
Passivos financeiros	732 443	708 311	506 805	5 284 435
Total	1 135 606	973 244	755 086	6 158 954
TOTAL GERAL			9 022 891	

2.4.2.3.2. Deste modo, constata-se um incremento de 1,08% dos compromissos plurianuais futuros em 2017, face a 2016.

2.4.2.4. EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

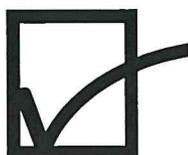
2.4.2.4.1. Com referência nos dados de execução orçamental, o princípio do equilíbrio orçamental corrente estabelecido no ponto 3.1 do POCAL, foi obtido em 2017, visto que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.132.554 (2016: 795.201).

2.4.2.4.2. Alias, o rácio receita corrente / despesa corrente, nos termos definidos no ponto 3.1.1, alínea e), do POCAL, foi sistematicamente conseguido nos últimos dois anos:

Descrição	2017	2016
RECEITAS CORRENTES/ DESPEAS CORRENTES	1,21	1,14

2.4.2.4.2. A partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta na seguinte fórmula de cálculo:

Receita Corrente Bruta Cobrada = (Despesa Corrente + Amortizações Médias de Empréstimos MLP).



2.4.2.4.3. Aplicando o racional desta fórmula às contas do Município de Borba, teremos uma situação de cumprimento da regra, o que representa um nível de recuperação significativo de 2016 para 2017, tal como se demonstra no quadro seguinte:

	2017	2016
1. Receita corrente bruta cobrada	6 414 234	6 592 062
2. Despesa corrente	5 281 680	5 796 861
3. Amortização média de emp.M/L.Prazo	735 385	747 358
4. = 2. + 3. TOTAL	6 017 064	6 544 219
5. = 1. - 4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	397 169	47 843

2.4.2.4.4. Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental, nos termos da atual lei das finanças locais, para os períodos identificados, concluímos que o Município de Borba, alcançou no exercício de 2017 o equilíbrio orçamental, ao apresentar um excedente de 397.196, o que representa uma evolução positiva de 349.326 face a 2016.

2.4.2.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2.4.2.5.1. Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o mesmo apresenta um grau de execução global de 83,03%. Embora fosse nas "Outras Funções" que o grau de execução foi o mais elevado (100%), cabe referir que ao nível das "Funções Gerais" e "Funções Económicas", que representam mais de 87,64% do total do plano, a taxa de execução se situou nos 93,78%.

PPI	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017					GRAU DE EXECUÇÃO
			CABIMENTO	COMPROMISSO	FATURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	ANUAL
FUNÇÕES GERAIS	234 160	362 199	351 090	351 091	348 228	345 302	345 302	95,33%
- Serv. Gerais Adm. Pública	218 900	320 600	309 530	309 531	306 668	303 742	303 742	94,74%
- Segurança e Ordem Pública	15 260	41 599	41 560	41 560	41 560	41 560	41 560	99,91%
FUNÇÕES SOCIAIS	211 000	242 361	97 642	97 644	89 627	87 472	87 472	36,09%
- Saúde	0	21	0	0	0	0	0	0,00%
- Habitação e Serviços Coletivos	200 500	208 690	65 483	65 485	58 658	57 136	57 136	27,38%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	10 500	33 650	32 158	32 158	30 969	30 335	30 335	90,15%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	229 650	632 734	629 515	629 515	621 790	587 753	587 753	92,89%
- Indústria e Energia	5 500	7 600	7 408	7 408	7 408	7 408	7 408	97,47%
- Transportes e Comunicações	98 000	290 764	288 396	288 396	282 160	280 150	280 150	96,35%
- Comércio e Turismo	106 150	334 270	333 711	333 711	332 222	300 195	300 195	89,81%
- Outras Funções Económicas	20 000	100	0	0	0	0	0	0,00%
OUTRAS FUNÇÕES	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	100,00%
- Diversas não especificadas	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	44 109	100,00%
TOTAL GERAL	718 919	1 281 403	1 122 356	1 122 359	1 103 754	1 064 636	1 064 636	83,08%



2.4.2.6. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

2.4.2.6.1. O quadro abaixo faz uma síntese da execução do Plano de Atividades Municipal:

PAM	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017					GRAU DE EXECUÇÃO
	INICIAL	ATUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FATURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	ANUAL
FUNÇÕES GERAIS	629 610	547 243	528 005	528 005	519 192	494 233	494 233	90,31%
- Serv. Gerais Adm. Pública	629 610	547 243	528 005	528 005	519 192	494 233	494 233	90,31%
FUNÇÕES SOCIAIS	1 911 655	1 588 202	1 567 076	1 567 019	1 549 107	1 405 170	1 405 170	88,48%
- Educação	553 350	402 650	398 906	398 849	396 755	347 125	347 125	86,21%
- Segurança e Ações Sociais	13 500	12 700	10 160	10 160	10 160	10 160	10 160	80,00%
- Habitação e Serviços Coletivos	1 136 900	928 542	927 874	927 874	927 874	853 168	853 168	91,88%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	207 905	244 310	230 137	230 137	214 319	194 716	194 716	79,70%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	150 000	149 400	144 639	144 639	144 639	144 639	144 639	96,81%
- Indústria e Energia	150 000	149 400	144 639	144 639	144 639	144 639	144 639	96,81%
OUTRAS FUNÇÕES	58 735	60 735	60 697	60 697	51 014	51 014	51 014	83,99%
- Transferências entre Administrações	58 735	60 735	60 697	60 697	51 014	51 014	51 014	83,99%
TOTAL GERAL	2 750 000	2 345 580	2 300 417	2 300 360	2 263 951	2 095 055	2 095 055	89,32%

2.4.2.6.2. Verifica-se, assim, em relação às ações mais relevantes, que a sua execução global foi de 89,32%, com a despesa em Habitação e Serviços Coletivos a assumir a maior relevância (853.168), seguida da despesa com Serviços Gerais Administração Pública (494.233).

2.5. COMENTÁRIOS ÀS RUBRICAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PATRIMONIAL

2.5.1. IMOBILIZAÇÕES

2.5.1.1. O ativo imobilizado bruto, que ascende a 31 de dezembro de 2017 a 72.446.641 (2016: 71.583.662), teve a seguinte evolução e decomposição:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

	Imobilizado	31/12/2017	31/12/2016	Varição
Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238	3 191 238	0
452	Edifícios	10 793 990	10 778 814	15 176
453	Outras construções e infra-est.	37 983 328	37 499 721	483 607
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	213 041	213 041	0
445	Imobilizações em curso	18 414	87 453	-69 038
		52 200 012	51 770 266	429 745
Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação	329 509	329 509	0
432	Despesas de invest.e de des.	1 989 654	1 989 654	0
443	Imobilizações em curso	109 999	109 999	0
		2 429 162	2 429 162	0
Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	869 026	869 026	0
422	Edifícios e outras construções	12 032 480	12 006 557	25 923
423	Equipamento básico	2 148 807	2 078 426	70 381
424	Equipamento de transporte	1 349 962	1 020 650	329 312
425	Ferramentas e utensílios	290 393	286 268	4 125
426	Equipamento administrativo	670 070	669 968	103
429	Outras imobilizações corpóreas	456 730	453 341	3 389
442	Imobilizações em curso	0	0	0
		17 817 468	17 384 234	433 233
	TOTAL	72 446 641	71 583 662	862 979

2.5.1.2. Os aumentos verificados nesta rubrica decorrem da aquisição de equipamento de transporte (aquisição de um autocarro, de uma retroescavadora, de um veículo multiusos *dumper*, e à realização de uma grande reparação numa retroescavadora), à compra de equipamento básico, onde se destacam as grandes reparações em equipamentos relacionados com resíduos sólidos urbanos (relevando a intervenção na varredoura RAVO), e da aquisição de compressor para as oficinas municipais, e à realização de diversas obras nas infraestruturas Municipais, nomeadamente intervenções na rede de abastecimento de água do concelho de Borba e na sua rede viária, com particular destaque para a construção do "tramo de acesso à variante à EN255 pela ZI do Alto dos Bacelos", da intervenção na estrada municipal 508-3 (Borba – Salgada) e em arruamentos diversos em Borba.

Procedemos à análise documental das aquisições verificadas em 2017, as quais foram registadas de acordo com o custo de aquisição, não havendo nada de relevante a referir.

2.5.1.3. O processo de amortização dos bens inicia-se no ano da aquisição, seguindo o método das quotas constantes de acordo com a Portaria n.º 6711/2000, de 17 de abril, que regula o Cadastro e Inventariação dos Bens do Estado, com duodecimalização ao longo do ano.



Procedemos à análise dos movimentos ocorridos no ano, não tendo detetado qualquer erro ou omissão materialmente relevante.

2.5.1.4. Continuamos a constatar a existência de um conjunto de bens imobilizados que não se encontram corretamente registados na conservatória e/ou na Autoridade Tributária, nomeadamente o Mercado Municipal, Pavilhão de Eventos, Piscinas Municipais e o Centro Escolar. Desta forma, recomendamos o adequado registo destas infraestruturas.

2.5.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

2.5.2.1. Os Investimentos Financeiros, que ascendem em 31 de dezembro de 2017 a 308.763, tiveram a seguinte decomposição:

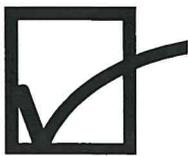
Investimentos financeiros	31/12/2016	Aumento	Diminuição	31/12/2017
411 Partes de capital	40 746			40 746
412 Obrigações e títulos de participação	308 763			308 763
491 Provisões para investimentos financeiros	-40 746			-40 746
Total líquido	308 763	0	0	308 763

2.5.2.2. Os investimentos financeiros estão ajustados de perdas prováveis, face ao conhecimento de riscos associados nas entidades EDC Mármore, S.A., ESTER e CEVALOR.

2.5.2.3. Decompomos em seguida as participações sociais detidas pelo Município:

Investimentos financeiros	31/12/2016	Provisão	Ativo Líquido
Participações sociais			
EDC Mármore, S.A.	36 750	-36 750	0
ESTER	2 500	-2 500	0
CEVALOR	1 496	-1 496	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	308 763	0	308 763
	349 509	-40 746	308 763

2.5.2.4. Dos procedimentos aplicados aos movimentos acima indicados, não foram detetados erros ou omissões materialmente relevantes.



2.5.3. EXISTÊNCIAS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

2.5.3.1. Dos procedimentos aplicados à rubrica de inventários e respetivo custo, temos a referir que a sua decomposição era a seguinte:

	Existências	31/12/2017	31/12/2016	Varição
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	121 831	117 994	3 837
39	Provisões para dep. Existências	0	0	0
	TOTAL	121 831	117 994	3 837

A rubrica em apreço é constituída na sua grande maioria por materiais de construção e artigos de conservação e reparação utilizados pelo Município nas obras a seu cargo.

2.5.3.2. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, de 886.824, registou um acréscimo de 0,53% face ao período homólogo, e decompõe-se do seguinte modo:

Custo das Matérias Consumidas	Diversos	Água	Total
Inventários Matérias consumidas			
Existências Iniciais	117 994	0,00	117 994
Compras	398 718	491 668	890 386
Regularização de Inventários	275	0	275
Existências Finais	121 831	0	121 831
	CMVMC	491 668	886 824

2.5.3.3. Procedemos a testes à documentação das aquisições verificadas no ano, não tendo detetado situações que conduzissem a erros materialmente relevantes.

2.5.4. CLIENTES CONTRIBUINTES E UTENTES, VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E IMPOSTOS E TAXAS

2.5.4.1. Os clientes, contribuintes e utentes do Município de Borba, com uma quantia de 183.238, decorrem de:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

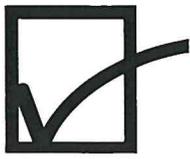
Clientes Contribuintes e Utentes		31/12/2017	31/12/2016	Variação
21.2	Contribuinte c/c	24 650	24 532	118
21.3	Utentes	158 588	150 489	8 099
21.8	Cobrança Duvidosa	93 621	89 561	4 060
29	Provisões	-93 621	-68 643	-24 978
TOTAL		183 238	195 939	-12 701

2.5.4.2. Verificámos os movimentos ocorridos na rubrica em análise, bem como a posição final dos saldos. Em alternativa à confirmação externa, efetuámos procedimentos que consistiram na análise dos documentos que concorreram para a formação do saldo e movimentos subsequentes a 31 de dezembro.

2.5.4.3. A variação ocorrida na rubrica de cobrança duvidosa e respetiva provisão, decorre de análise efetuada aos riscos de incobrabilidade para o Município.

2.5.4.4. As vendas e as prestações de serviços do Município tiveram uma redução de 1,43% face a 2016, conforme demonstra o quadro seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
71.1 Vendas	276 144	271 913	4 231	1,56
Mercadorias	3 051	3 122	-71	-2,26
- Outros	3 051	3 122	-71	-2,26
Produtos acabados e intermédios	275 921	267 221	8 700	3,26
- Água	272 444	265 657	6 787	2,55
- Diversos	2 940	1 564	1 376	88,00
- Outros	537	0	537	N/A
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo	0	3 760	-3 760	-100,00
Devoluções de Vendas	-2 829	-2 190	-639	29,19
71.2 Prestações de serviços	381 498	408 255	-26 756	-6,55
- Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	24 122	27 941	-3 818	-13,67
- Saneamento	115 047	122 358	-7 311	-5,97
- Resíduos sólidos	177 091	186 389	-9 297	-4,99
- Transportes coletivos	23 633	23 456	177	0,75
- Trabalhos por conta particulares	4 485	6 365	-1 879	-29,53
- Cemitérios	35 433	39 813	-4 380	-11,00
- Outros	1 686	1 934	-248	-12,83
71.4 Rendas e alugueres	586 618	582 151	4 467	0,77
TOTAL	1 244 260	1 262 318	-18 058	-1,43



2.5.4.5. As Vendas e Prestações de Serviços no exercício de 2017, tiveram um decréscimo de 18.058, tendo contribuído significativamente para tal a menor prestação de serviços na área do saneamento de 7.311 e nos resíduos sólidos, cuja diminuição foi de 9.297.

2.5.4.6. Dos procedimentos aplicados à rubrica vendas e prestações de serviços não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

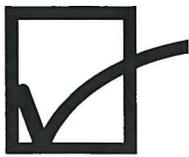
2.5.4.7. Os impostos e taxas apresentam a seguinte desagregação:

Impostos e Taxas	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
72.1 Impostos Diretos	922 457	1 038 171	-115 714	-11,15
- IMI	649 897	744 513	-94 615	-12,71
- IMT	97 495	124 444	-26 949	-21,66
- IUC	133 087	125 627	7 460	5,94
- Derrama	41 977	43 587	-1 610	-3,69
72.2 Impostos Indiretos	14 434	25 737	-11 303	-43,92
- Loteamentos de obras	2 124	19 450	-17 326	-89,08
- Ocupação via pública	1 630	1 883	-253	-13,43
- Outros	10 680	4 404	6 276	142,52
72.4 Taxas	124 137	108 431	15 707	14,49
- Mercados e feiras	14 450	13 931	519	3,73
- Loteamentos de obras	31 071	18 166	12 905	71,04
- Ocupação Via Pública	9 828	11 832	-2 004	-16,94
- TRH Água	9 440	9 409	31	0,33
- TRH Resíduos Sólidos Urbanos	9 606	9 679	-73	-0,75
- Saneamento	24 401	24 860	-459	-1,85
- Outros	25 340	20 553	4 787	23,29
72.5 Reembolsos e Restituições	-3 221	-7 524	4 303	-57,19
			0	
TOTAL	1 057 808	1 164 815	-107 007	-9,19

2.5.4.8. Observa-se uma redução de cerca de 9,19% em relação a 2016, fortemente influenciada pela redução das receitas de impostos diretos, especialmente no IMI e no IMT.

2.5.4.9. Foram reconciliados os valores da contabilidade relativos a Impostos Diretos, com a conta corrente do Portal das Finanças.

2.5.4.10. Dos procedimentos efetuados, não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.



2.5.5. DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO

2.5.5.1. O valor total das responsabilidades a médio e longo prazo ascende a 6.849.142 em 31 de dezembro de 2017, com a seguinte evolução e decomposição desde 2017:

Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		31/12/2017	31/12/2016	Varição
23	Empréstimos Obtidos	6 621 458	7 231 994	-610 537
26.8.8.7	Credores diversos - Médio e Longo Prazo	227 685	176 436	51 249
TOTAL		6 849 142	7 408 430	-559 288

2.5.5.2. Os empréstimos obtidos tiveram a seguinte evolução e decomposição, reportada ao final de cada um dos últimos anos:

Instituição credora	Finalidade	31/12/2017	31/12/2016	Varição
CGD	Realojamento municipal	99 145	113 308	-14 164
CGD	Projetos de investimento	105 845	210 576	-104 732
CGD	Projetos de investimento	25 434	76 302	-50 868
CGD	Projetos de investimento	21 456	26 819	-5 364
BPI	Projetos de investimento	165 454	206 818	-41 364
Santander Totta	Pavilhão de Eventos	1 223 152	1 302 065	-78 913
Santander Totta	Substituição PAEL	3 908 893	0	3 908 893
Novo Banco	Projetos de investimento	860 870	913 043	-52 174
DGTF	PREDE	211 210	352 016	-140 806
DGTF	PAEL - Estado	0	4 031 046	-4 031 046
TOTAL		6 621 458	7 231 994	-610 537

Os montantes em dívida respeitam aos empréstimos obtidos nos bancos Santander, Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e BPI, foram confirmados através de respetiva circularização e também confrontados com mapa de Responsabilidades de Crédito obtido por consulta ao *Site* do Banco de Portugal. Por sua vez, observámos que as amortizações dos empréstimos foram cumpridas.

Em outubro de 2017, o Município decidiu contrair um empréstimo de médio e longo prazos, junto da banca comercial, para substituir o financiamento concedido pelo Estado Português, ao abrigo do PAEL. O empréstimo de substituição (que obteve visto do Tribunal de Contas em 25 de outubro de 2017), foi contraído junto do Banco Santander Totta, no montante de 3.908.893, quantia em dívida à data da substituição dos financiamentos.



2.5.5.3. Fornecedores e credores diversos de médio e longo prazo apresentam a seguinte desagregação:

Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	31/12/2017	31/12/2016	Variação
Credores diversos			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	132 327	176 436	-44 109
Locação Financeira	95 358	0	95 358
TOTAL	227 685	176 436	51 249

O incremento das dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no exercício de 2017, deve-se à aquisição de um autocarro em regime de locação financeira a ser liquidado num período de 36 meses.

2.5.5.4. A dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) respeita à participação do Município, no montante de 308.763 (vidé 2.5.3.), cujo pagamento é efetuado em 7 anos (2015 a 2021), pelo montante anual de aproximadamente de 44.109.

2.5.5.5. Dos procedimentos aplicados à rubrica de dívidas a terceiros médio e longo prazo não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

2.5.6. FORNECEDORES E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

2.5.6.1. A rubrica de fornecedores refere-se a posições em conta corrente de 232.871 (2016: 168.701). Para o incremento ocorrido no saldo de fornecedores, contribuiu o crescimento dos custos com fornecimentos e serviços externos no exercício de 2017.

2.5.6.2. A rubrica de fornecedores conta corrente, foi objeto de confirmação externa a 31 de dezembro de 2017. Das respostas recebidas não decorreram divergências a relevar.

2.5.6.3. Na ausência de algumas respostas, efetuámos procedimentos alternativos, que consistiram na análise dos documentos que concorreram para a formação do saldo e movimentos subsequentes a 31 de dezembro e em alguns casos foram-nos dados esclarecimentos pelos Serviços Financeiros, o que permitiu a reconciliação do saldo.

Dos demais procedimentos aplicados à rubrica de fornecedores não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

2.5.6.4. A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a quantia de 1.500.841 (2016: 1.408.094), o qual se decompõe da seguinte forma:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

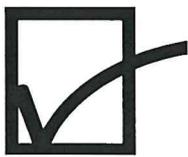
Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
62211 Eletricidade	123 867	137 084	-13 217	-9,64
62212 Combustíveis	6 915	4 974	1 941	39,03
62219 Rendas e Alugueres	78 948	51 949	26 999	51,97
62222 Comunicação	38 910	38 382	527	1,37
62223 Seguros	27 416	27 079	337	1,24
62227 Deslocações e Estadas	3 075	3 662	-588	-16,05
62229 Honorários	105 319	92 323	12 996	14,08
62232 Conservação e Reparação	49 496	40 839	8 657	21,20
62233 Publicidade e Propaganda	5 107	3 160	1 948	61,63
62234 Limpeza Higiene e Conforto	3 394	7 636	-4 241	-55,54
62235 Vigilância e Segurança	7 118	7 668	-550	-7,18
62236 Trabalhos Especializados	596 660	584 839	11 821	2,02
62290 Encargos de cobrança	28 042	35 598	-7 555	-21,22
62298 Outros FSE	426 574	372 902	53 672	14,39
TOTAL	1 500 841	1 408 094	92 747	6,59

Os fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 92.747, realçando-se a conta de rendas e alugueres que teve um incremento face a 2016 de 26.999, associado ao aumento dos gastos com o aluguer de impressoras/fotocopiadoras, aluguer de veículos de transporte (para transporte de estudantes), e aluguer de stands e de equipamentos necessários para a realização de certames e/ou animações culturais. De destacar também o comportamento da rubrica trabalhos especializados, com um aumento face a 2016 de 11.821, em grande parte devido ao aumento dos gastos com o saneamento, com a recolha entrega e tratamento de RSU, em serviços com eventos e com outros, dos quais se salienta o incremento das atividades extracurriculares nas escolas do 1º ciclo, e a consultoria em reengenharia de processos. No sentido oposto, deve-se evidenciar a redução dos gastos com eletricidade, de 13.217, fruto da diminuição do consumo de eletricidade nas escolas do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo, no estaleiro municipal, e no palacete dos Mellos, e a redução dos encargos de cobrança no montante de 7.555, motivado pela redução na receita dos impostos diretos (vidé 2.5.4.7.).

2.5.6.5. Dos demais procedimentos efetuados, não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.



2.5.7. DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA

2.5.7.1. O Município de Borba regista em Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa, a quantia de 218.225, que decorre de:

Caixa		31/12/2017	31/12/2016
11	Caixa		
11.1	Caixa - Tesouraria Municipal	6 739	5 419
TOTAL		6 739	5 419
Depósitos em Instituições Financeiras		31/12/2017	31/12/2016
12	Depósitos em Instituições Financeiras		
12.1.01	Caixa Geral de Depósitos	70 870	297 552
12.1.02	Millennium BCP	6 202	6 325
12.1.03	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Borba	2 471	1 915
12.1.04	Banco Santander Totta	99 725	142 475
12.1.05	Banco Português de Investimento	328	9 011
12.1.06	Novo Banco	31 891	33 770
TOTAL		211 487	491 048
Total Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:		218 225	496 467

2.5.7.2. Foram verificadas as reconciliações bancárias preparadas pelo Município as quais nos parecem refletir corretamente os movimentos efetuados por este.

Da análise às reconciliações bancárias elaboradas pelos serviços foi possível verificar que as mesmas contêm evidência de serem revistas e aprovadas por um responsável diferente daquele que as elaborou.

2.5.7.3. Das análises e conferências efetuadas rubrica de Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa, não foram detetados erros ou omissões materialmente relevantes.



2.5.8. OUTROS DEVEDORES

2.5.8.1. A quantia de Outros Devedores ascende a 188.810 (2016: 214.376), no final de 2017. A redução desta rubrica é explicada pela anulação da previsão de reembolso de despesas de saúde por parte da ACSS – Administração Centra do Sistema de Saúde e da atualização da dívida referente a pagamentos e recebimentos em atraso decorrentes do IMI, IMT e IUC.

2.5.8.2. Esta rubrica, respeita a dívidas a receber das entidades abaixo indicadas, recomendando-se a análise dos saldos que se encontram parados desde anos anteriores:

OUTROS DEVEDORES	ANO										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Arraioltagus					152						152
Autoridade Tributária e Aduaneira									111 283		111 283
Banco Santander Totta							7				7
Distrialimentar, Lda.	1 240										1 240
Fidelidade - Companhia de Seguros						916					916
Gabinete de Gestão Financeira										34 454	34 454
Município de Alandroal	1 182	3 447									4 629
Município de Vila Viçosa		3 447									3 447
Particular		82	7 505	1 386	5 433	2 366	2 572	652	1 567	11 044	32 608
STAL - Sindicato Trabalhadores Administração Local	75										75
TOTAL	2 496	6 976	7 505	1 386	5 585	3 282	2 579	652	112 851	45 498	188 810

2.5.9. OUTROS CREDORES

2.5.9.1. A rubrica de Outros Credores de 63.304 (2016: 153.131), foi objeto de procedimentos e testes, não se tendo detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

2.5.10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

2.5.10.1. Procedemos à análise/comparação entre as guias de pagamento e os processamentos de vencimentos, não se tendo detetado situação a mencionar.

2.5.10.2. Obtivemos cópia de certidão emitida pela Segurança Social a comprovar a não existência de dívidas.

2.5.10.3. Obtivemos ainda cópia de certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, que comprova a inexistência de dívidas em mora respeitantes a impostos por parte do Município.

2.5.10.4. Dos demais procedimentos efetuados não foram detetados erros ou omissões materialmente relevantes.



2.5.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

2.5.11.1. As quantias dos acréscimos e diferimentos estão discriminadas no quadro seguinte:

CONTAS – ATIVO		31/12/2017	31/12/2016
27	Acréscimos e diferimentos		
27.1	- Acréscimos de proveitos	80 122	111 449
27.2	- Custos diferidos	36 275	24 232
TOTAL		116 398	135 682

CONTAS – PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
27	Acréscimos e diferimentos		
27.3	- Acréscimos de custos	486 301	470 754
	- Remunerações a liquidar	360 441	333 124
	- Juros a liquidar	23 243	20 235
	- Encargos de cobrança	642	1 479
	- Emolumentos TC	54 747	58 968
	- Outros acréscimos de custos	47 228	56 948
27.4	- Proveitos diferidos	15 420 602	15 999 140
	- Subsídios para investimento	15 418 902	15 997 440
	- Outros	1 700	1 700
TOTAL		15 906 903	16 469 894

2.5.11.2. Dos testes efetuados à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, não resultaram observações a fazer.

2.5.11.3. Foram regularizadas as estimativas respeitantes a férias, subsídio de férias e respetivos encargos pagos em 2017, respeitantes a 2016.

Procedeu-se, igualmente, à contabilização de estimativas relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos, cujo pagamento ocorrerá em 2018.

2.5.11.4. A variação ocorrida no exercício em proveitos diferidos, decorre essencialmente da imputação a proveitos e ganhos extraordinários da parcela dos subsídios ao investimento proporcional às amortizações do ano do imobilizado subsidiado. Conferimos as taxas de imputação, as quais são consistentes com as utilizadas em períodos anteriores. Dos testes e análises realizadas não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

2.5.11.5. Procedemos à análise dos movimentos que suportam as quantias de acréscimos e diferimentos indicadas, não tendo sido detetada qualquer situação passível de menção.



2.5.12. CUSTOS COM O PESSOAL

2.5.12.1. A rubrica de Custos com o Pessoal apresenta, a 31 de Dezembro de 2017, uma quantia de 2.829.833. De seguida, apresenta-se um quadro com a sua decomposição:

Custos com o Pessoal	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
64.1 Remunerações Órgãos Autárquicos	97 506	95 721	1 785	1,86
64.2 Remunerações do pessoal	2 131 565	1 999 471	132 094	6,61
- Remunerações base	1 853 033	1 741 270	111 763	6,42
- Suplementos de remunerações	261 746	240 570	21 176	8,80
- Prestações sociais diretas	16 786	17 631	-845	-4,79
64.3 Pensões	243	952	-709	-74,44
64.5 Encargos s/ Remunerações	488 984	509 938	-20 955	-4,11
64.6 Seguros Acidentes Trabalho	34 407	27 160	7 247	26,68
64.8 Outros Custos com o Pessoal	77 128	73 837	3 290	4,46
TOTAL	2 829 833	2 707 080	122 753	4,53

2.5.12.2. Os valores incluídos na rubrica de Custos com o pessoal, decorrem dos processamentos de vencimentos e da assunção dos demais encargos com a função pessoal. Os custos com o pessoal tiveram um incremento de 122.753 face a 2016, ou seja, um aumento de 4,53%. Esta situação é principalmente explicada pela contratação pessoal para exercício de funções públicas por tempo indeterminado.

2.5.12.3. As estimativas das remunerações a liquidar estão efetuadas em bases consistentes com o processamento dos respetivos encargos e encontram-se relevadas em Acréscimos de Custos (vidé 2.5.11.1.).

2.5.12.4. Para todas as rubricas anteriores, aplicámos testes substantivos ao seu suporte, não tendo apurado erros materiais a relatar.



2.5.13. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

2.5.13.1. Os Outros Custos e Perdas Operacionais, de 33.102 (2016: 32.178), resultam essencialmente do gasto relativo ao pagamento das quotas junto da "Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central".

2.5.13.2. Dos procedimentos aplicados, não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.

2.5.14. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

2.5.14.1. A rubrica de Transferência e Subsídios Obtidos a 31 de dezembro de 2017, resulta de:

Transferências e Subsídios Obtidos	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
Transferências Correntes	3 975 945	3 907 165	68 780	1,76
- Fundo Equilíbrio Financeiro	3 133 169	3 019 203	113 966	3,77
- Fundo Social Municipal	116 989	116 989	0	0,00
- Participações IRS	149 730	171 528	-21 798	-12,71
- Outras	576 057	599 445	-23 388	-3,90
Transferências de Capital	380 563	369 510	11 053	2,99
- Fundo Equilíbrio Financeiro	348 130	335 467	12 663	3,77
- Outras	32 433	34 043	-1 610	-4,73
TOTAL	4 356 508	4 276 675	79 833	1,87

2.5.14.2. As transferências e subsídios obtidos tiveram um incremento de 1,87% (mais 79.833 face a 2016).

2.5.14.3. Destaca-se o aumento na quantia do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 113.966, o que equivale a mais 3,77% face a 2016.

De referir que as guias de receita que dizem respeito às transferências, foram analisadas e validadas, não se detetando erros ou omissões.



2.5.15. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

2.5.15.1. A rubrica em epígrafe, de 245.039, tem a seguinte decomposição:

Transferências e Subsídios Correntes	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
63.1 Transferências correntes concedidas	245 039	238 119	6 921	2,91
- Administração central	40 837	33 527	7 310	21,80
- Freguesias	59 453	57 172	2 282	3,99
- Associações de Municípios	13 582	1 985	11 596	584,07
- Outros	70 585	98 042	-27 457	-28,01
- Instituições sem fins lucrativos	60 582	47 392	13 190	27,83
63.2 Subsídios correntes	0	20 368	-20 368	-100,00
- Outros	0	20 368	-20 368	-100,00
TOTAL	245 039	258 487	-13 448	-5,20

2.5.15.2. As transferências correntes concedidas diminuíram 13.448 face a 2016, contribuindo significativamente para esta redução a rubrica de "Outros", influenciada pela diminuição dos custos com pagamento de bolsas no âmbito de Programas Ocupacionais do IEFP.

De salientar que em anos transatos os apoios prestados a pessoas abrangidas por Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+), do IEFP foram contabilizados em "subsídios correntes concedidos - serviços e fundos autónomos". Em 2017, e de acordo com orientações do SATAPOCAL95, os custos referidos foram considerados na rubrica "transferências correntes concedidas".

2.5.15.3. Dos procedimentos aplicados não foram detetados erros ou omissões materialmente relevantes.



2.5.16. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

2.5.16.1. A rubrica de Custos e Perdas Financeiros, de 128.894, decompõe-se da seguinte forma:

Custos e Perdas Financeiras	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
68.1 Juros Suportados	127 784	141 060	-13 276	-9,41
68.8 Outros	1 110	1 048	62	5,95
TOTAL	128 894	142 108	-13 214	-9,30

2.5.16.2. Esta rubrica teve um decréscimo na quantia de 13.733, o qual se justifica em grande parte, pela redução das dívidas a instituições de crédito.

2.5.16.3. De referir também que os juros suportados tiveram um decréscimo de 13.276 conforme se discrimina seguidamente:

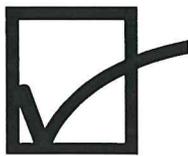
Juros Suportados	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
- Empréstimos Bancários	125 926	140 850	-14 924	-10,60
- Leasing	1 500	0	1 500	N/A
- Juros de Mora	359	210	149	70,71
TOTAL	127 784	141 060	-13 276	-9,41

2.5.16.4. Dos procedimentos realizados não foram detetados erros ou omissões materialmente relevantes.

2.5.17. CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

2.5.17.1. Esta rubrica discrimina-se como se segue:

Custos e Perdas Extraordinárias	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
69.1 Transferências capital concedidas	45 365	5 361	40 004	746,18
69.3 Perdas em existências	1 770	798	972	121,77
69.4 Perdas em imobilizações	15	0	15	N/A
69.5 Multas	9 060	1 032	8 028	777,90
69.6 Amortizações	0	115	-115	-100,00
69.7 Perdas exercícios anteriores	68 458	1 783	66 675	3 739,21
69.8 Outras	12 723	161	12 562	7 780,64
TOTAL	137 391	9 250	128 141	1 385,25



2.5.17.2. Esta rubrica regista um crescimento de 1.385,25% face a 2016, resultante do aumento significativo das perdas de exercícios anteriores (de 66.675) e nas transferências de capital concedidas (de 40.004). O incremento da rubrica de custos e perdas extraordinários pode no presente exercício, pode ser explicado pela transferência de verbas ao abrigo do protocolo assinado com Associação Humanitário dos Bombeiros Voluntários de Borba, destinado a financiar aquisição de viaturas e de equipamento de proteção individual, assim como pela anulação da previsão de reembolso de despesas de saúde por parte da ACSS – Administração Centra do Sistema de Saúde e da atualização da dívida referente a pagamentos e recebimentos em atraso referentes a IMI, IMT e IUC (vidé 2.5.8.2.).

2.5.17.3. Dos testes realizados não decorreram situações a mencionar.

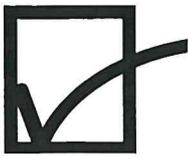
2.5.18. PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

2.5.18.1. A rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários, de 725.079, decorre de:

Proveitos e Ganhos Extraordinários	2017	2016	Variação	
			Quantia	%
79.3 Ganhos em existências	2 045	701	1 344	191,74
79.4 Ganhos em imobilizações	14 055	0	14 055	N/A
79.5 Benefícios e penalidades contratuais	4 471	58 544	-54 073	-92,36
79.6 Reduções de amortizações e provisões	15	4 615	-4 600	-99,68
79.7 Ganhos exercícios anteriores	42 568	59 989	-17 420	-29,04
79.8 Outros	661 926	745 934	-84 009	-11,26
TOTAL	725 079	869 783	-144 704	-16,64

2.5.18.2. Os Proveitos e Ganhos Extraordinários tiveram uma redução de 144.704, ou seja, uma variação negativa de 16,64%, face a 2016, na sua maior parte justificada pela variação ocorrida nas rubricas benefícios e penalidades contratuais em 54.073, nos ganhos respeitantes a exercícios anteriores de 17.420, e na diminuição de 84.009 dos outros proveitos e ganhos extraordinários (fruto da redução das imputações dos subsídios ao investimento). No sentido oposto, importa referir o acréscimo substancial na rubrica ganhos em imobilizações, que teve um incremento de 14.055 face a 2016.

2.5.18.3. Dos procedimentos efetuados às rubricas em apreço, não foram detetados erros ou distorções materialmente relevantes.



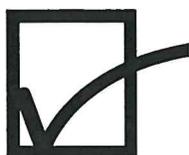
2.5.19. FUNDOS PRÓPRIOS

2.5.19.1. Procedemos à verificação dos movimentos relativos às rubricas de fundos próprios do Município, as quais tiveram o movimento que a seguir se demonstra.

Fundos Próprios	31/12/2016	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	31/12/2017
51 – Património	20 797 571			20 797 571
57 - Reservas:				
577 - Res.decor.da transf.de ativos	11 781			11 781
59 - Resultados transitados	-5 109 630	225 685		-4 883 945
88 - Resultados líquido do exercício	225 685	-225 685	-14 419	-14 419
TOTAL	15 925 408		-14 419	15 910 989

2.5.19.2. Os movimentos ocorridos em resultados transitados decorrem da aplicação dos resultados de 2016 (positivo em 225.685) e do reconhecimento do resultado do exercício de 2017 negativo na quantia de 14.419.

2.5.19.3. Procedemos à análise dos movimentos indicados no quadro acima, não se tendo detetado erros ou distorções materialmente relevantes.



3. INDICADORES, DIVIDA TOTAL, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

3.1. INDICADORES DE GESTÃO

3.1.1. Apresentam-se os principais indicadores de gestão referente ao biénio 2017 e 2016:

	2017	2016
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	37 847 702	38 744 785
Ativo Circulante Líquido *	778 783	1 052 393
Ativo Líquido Total	39 051 645	40 241 622
Fundos Próprios	15 910 989	15 925 408
Passivo M/L Prazos	6 849 142	7 408 430
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	384 610	437 890
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	383 685	436 999
Total Passivo	23 140 656	24 316 214
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	69%	65%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Activo Líq.)	41%	40%
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo C.P.)	203%	240%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	42%	41%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	30%	30%

* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

3.1.2. Consta-se uma evolução muito favorável nos indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade, fruto do esforço de cumprimento da execução orçamental do Município, do rigor financeiro da gestão e respetivos resultados obtidos.

No que diz respeito à liquidez geral, assistimos em 2017 a uma redução deste indicador em cerca de 16%, justificada pela diminuição do ativo circulante.

O grau de endividamento de M/L Prazo sofreu um decréscimo, reflexo de o Município ter assumido como prioridade a redução do endividamento.

3.2. DIVIDA TOTAL

3.2.1. Conforme definido no artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todas as restantes dívidas a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3.2.2. Neste sentido procedeu-se ao apuramento dos valores componentes da dívida do Município, conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Receita corrente líquida cobrada	6 300 849	6 556 814	6 592 062	6 414 234
Média nos 3 exercícios	6 483 242			
Média nos 3 exercícios	6 521 037			
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores				9 724 863
TOTAL DA DÍVIDA				
PASSIVO	28 523 493	26 478 256	24 316 214	23 140 656
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18 176 644	17 677 672	16 469 894	15 906 903
(-) PROVISÕES	10 735	1 582	891	925
(-) OT	273 337	266 305	113 803	21 825
(-) FAM	0	264 654	220 545	176 436
(1) TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL	10 062 778	8 268 043	7 511 081	7 034 566
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS				
(2) TOTAL CONTRIBUIÇÕES			38 680	31 850
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			7 549 761	7 066 416
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO			1 946 444	2 658 446
REDUÇÃO DE 10% e 20%			389 289	531 689
LÍMITE DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2016 e 31/12/2017			7 939 050	7 598 106
REDUÇÃO DA DÍVIDA FACE A 2016				483 345

3.2.3. Descreve ainda o artigo 52º, que sempre que um município não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que



aquele limite seja cumprido, sem prejuízo dos mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira previstos nos artigos 56º a 64º do mesmo diploma legal.

3.2.4. A análise do quadro anterior permite constatar que, no decorrer do ano 2017, o Município diminuiu 483.345 à sua dívida, encontrando-se um excesso positivo em 31 dezembro de 2017, na quantia de 2.658.446.

3.3. ENDIVIDAMENTO

3.3.1. O anterior conceito de endividamento municipal e dos seus limites constava dos artºs 36.º, 37.º, e 39.º da antiga Lei de Finanças Locais, entretanto revogada com a entrada em vigor do RFALEI, no dia 1 de janeiro de 2014, que definiu a esse propósito as novas regras (enunciadas anteriormente). No entanto, a DGAL através de ofício refª. S-000616-2014, previu que, por motivos de acompanhamento da evolução municipal, continuará a ser recolhida informação tratada de acordo com o anterior conceito de endividamento líquido e de médio e longo prazo.

3.3.2. Apresenta-se em seguida quadro síntese com o endividamento a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, calculado pela anterior metodologia:

Endividamento municipal	Limites		Verificado		Margem/Excesso	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Endividamento Curto Prazo	455 213	454 912	0	0	455 213	454 912
Endividamento Médio e Longo Prazo	4 552 130	4 549 117	4 145 536	4 459 364	406 594	89 753
Endividamento Líquido	5 690 163	5 686 396	3 520 071	3 595 448	2 170 092	2 090 948

3.3.3. Em 2017, o município reduziu em 2,10% o endividamento líquido, apresentando no exercício de 2017 uma margem de 2.170.092, superando desta forma o assumido ao abrigo do PAEL.

3.3.4. De salientar que o Endividamento a Médio e Longo Prazo se reduziu 7,3% em 2017 tendo a "margem/excesso" de endividamento, melhorado em 353,01%.

3.3.5. Assim, comprova-se o esforço de contenção alcançado pelo Município para a redução do endividamento e a continuação da consolidação orçamental.



3.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

À data de 31 de dezembro de 2017, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, é de 41 dias, tendo este indicador sofrido um incremento face ao exercício de 2016 (era de 17 dias), explicado pelo crescimento das dívidas a fornecedores e pelo aumento de alguns dos custos operacionais.

4. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se ao Executivo e Serviços Camarários, que diligenciem no sentido de:

- a) Se atualizar na conservatória do registo predial e/ou na Autoridade Tributária, os elementos referentes aos bens do Município sujeitos à exigência legal de registo (vide 2.5.1.5.);
- b) Se providenciar uma análise às contas de devedores diversos, com saldos parados há vários anos, e proceder sendo o caso, à sua regularização e/ou criação de provisão (vide 2.5.8.2).

5. CONCLUSÕES

Em face do exposto no presente relatório, emitiremos o relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, no qual proporemos à Assembleia Municipal que aprove dos documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão Executivo do Município de Borba, incluindo a proposta de aplicação de resultados, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas por nós efetuada, a qual é emitida com uma opinião sem qualquer reserva.



6. AGRADECIMENTOS

Finalmente, não podemos deixar de salientar o clima de cordialidade e de boa colaboração com que contámos da parte do Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, bem assim como dos serviços da Divisão de Administração Geral e Finanças e da Unidade Orgânica de Contabilidade e Modernização Administrativa, pela prontidão e disponibilidade na prestação dos esclarecimentos solicitados.

Borba, em 16 de abril de 2018

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC e sob o n.º 20161428 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)